

PROCESSO TCE Nº 13.857.2010-50
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Prestação de Contas
OBJETO : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos
PROCURADOR : Paulo Luiz Pedrazza
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 10.044/2016

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XAPURI, EXERCÍCIO DE 2009. IRREGULARES. DESCUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DAS LEIS FEDERAIS Nº. 4.320/64 E 8.666/93 E DISPOSITIVOS DO CÓDIGO PENAL.

Condenação. Imputação de multa ao gestor. Abertura de processo de Tomada de Contas Especial. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual, em face da infringência a dispositivos do Código Penal e da Lei Federal nº. 8.666/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** Condenar o gestor, Senhor **Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos**, ex-Prefeito do Município de Xapuri: **a)** - A devolver aos cofres do município a importância de R\$ 379.978,95 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), referente à não comprovação da legalidade e da finalidade pública das despesas pagas em nome da Prefeitura por Contratação por Tempo Determinado (R\$351.463,71), obrigações patronais (R\$ 24.376,34) e pagamento ao Sindicato sem comprovação da alegação de retenção (R\$ 4.138,90); **b)** – Pela aplicação de multa, ao gestor no valor correspondente a 10% do montante a ser devolvido, com base no art. 88 da Lei Complementar Estadual nº. 38/89; e **c)** - Pagamento de multa, no valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), de acordo com o art. 89, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das demais falhas e irregularidades apontadas; **2)** Pela abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a receita e seu

lançamento, referente à retenção do IRRF e à regularidade do pagamento dos agentes políticos e **3)** Pelo encaminhamento ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes em face das infringências aos . 359-A e art. 359-D, do Código Penal e aos arts. 89 e 100 da Lei Federal nº. 8.666/93, relativas à abertura de créditos adicionais sem indicar a fonte correspondente e sem a comprovação da autorização legislativa, caracterizando despesas sem autorização legal, além da realização de despesas sem licitação, respectivamente. Após, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 13 de outubro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE : Nº 13.857.2010-50
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Prestação de Contas
OBJETO : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos
PROCURADOR : Paulo Luiz Pedrazza
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas do Sr. Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos, ex-Prefeito do Município de Xapuri, referente ao exercício de 2009, apresentada tempestivamente na forma física.

2. A arrecadação total do Município, atingiu o montante de R\$ 13.247.321,46 (treze milhões, duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos) e a Receita Corrente Líquida, calculada na forma estabelecida no art. 2º, inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançou o valor de R\$ 12.684.915,35 (doze milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e quinze reais e trinta e cinco centavos).

3. A despesa realizada no exercício totalizou R\$ 11.983.046,02 (onze milhões, novecentos e oitenta e três mil, quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), gerando um superávit no valor de R\$ 701.869,33 (setecentos e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

5. Do montante destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os recursos foram aplicados quase na sua totalidade no ensino fundamental, sendo que os valores do FUNDEB atingiram R\$ 2.756.682,55 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), valores estes aplicados na forma estabelecida no art. 7º da Lei 9.424/96 e dos quais 61,39% (sessenta e um pontos percentuais e trinta e nove centésimos) se destinaram ao

magistério, atendendo o disposto no art. 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7. O repasse ao Poder Legislativo, no montante de R\$ 718.500,00 (setecentos e dezoito mil e quinhentos reais), foi feito dentro das limitações contidas no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

8. A despesa com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, totalizou R\$ 6.398.515,89 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), representando ao final, 46,13% (quarenta e seis pontos percentuais e treze centésimos) da Receita Corrente Líquida, cumprindo assim o disposto art. 20, inciso III, *alínea "b"*, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) para os gastos com pessoal.

9. A presente Prestação de Contas, apresentou inicialmente as seguintes falhas e/ou irregularidades:

9.1 – Ausência na Prestação de Contas, dos Decretos de abertura de créditos suplementares e divergência entre os valores apresentados por meio físico e aqueles informado através de mídia magnética;

9.2 - Inconsistência no montante da dedução da Receita Corrente Líquida para a formação do FUNDEB verificado no SIAPC e aqueles apresentados na Prestação de Contas;

9.3 - Ausência da informação do valor da Receita Arrecadada relativa ao Imposto de Renda retido na Fonte – IRRF;

9.4 - Inconsistência na informação da cota parte do Fundo de Participação dos Municípios e as transferências dos recursos do FUNDEB;

9.5 – Inconsistências nos pagamentos de “*Contratação por Tempo Determinado*”, no valor de R\$ 351.463,71 (trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), das “*Obrigações Patronais*”, no valor de R\$ 24.376,34 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos), dos “*Vencimentos e Vantagens fixas*”, no montante de R\$ 3.460.920,71 (três milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e vinte reais e setenta e um centavos, todos concedidos à própria Prefeitura do Município de Xapuri e empenhados no seu CNPJ;

9.6 – Contabilização equivocada do valor de R\$ 697,50 (seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) no elemento de despesa “*Obrigações Patronais*”;

9.7 – Pagamento realizado diretamente ao Sindicato dos Servidores Municipais de Xapuri e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB no valor de R\$ 4.138,90 (quatro mil cento e trinta e oito reais);

9.8 – Pagamentos realizados diretamente a sindicatos e instituições financeiras, totalizando R\$ 345.791,84 (trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos);

9.9 - Contabilização equivocada do valor de R\$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 538,71 (quinhentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) no elemento de despesa “*Vencimento e Vantagens Fixas*”;

9.10 – Inconsistência no pagamento de diárias, no montante de R\$ 145.611,81 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e oitenta e um centavos), em face de os Históricos dos empenhos serem incompletos e imprecisos;

- 9.11 –** Concessão de diárias à própria Prefeitura (Pessoa Jurídica), no valor de R\$ 1.599,00 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais);
- 9.12 -** Concessão de diárias a prestadores de serviços, no montante de R\$ 5.525,00 (cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais);
- 9.13 -** Contabilização equivocada do valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) no elemento de despesa “*Passagens e Despesas de Locomoção*”;
- 9.14 -** Despesas realizadas sem licitação, com a contratação de Serviços de Diversos, no valor de R\$ 197.064,69 (cento e noventa e sete mil, e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) a prestadores de serviço - pessoa física, na maioria na área de saúde, estes últimos inerentes a serviços realizados por médicos e profissionais aproveitados do exército ou únicos no município e com treze contratos de pessoa jurídica, no montante de R\$ 336.962,45 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos);
- 9.15 -** Despesas com contratação de assessoria jurídica realizadas sem licitação no valor de R\$ 15.489,64 (quinze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), não sendo enviado o contrato e a habilitação do contratado;
- 9.16 –** Despesas com contratação de assessoria contábil realizadas sem licitação no valor de R\$ 23.889,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais) não sendo enviados os contratos e a habilitação dos contratados;
- 9.17 –** Contratação de empresa para fornecimento de softwares, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) sem licitação;
- 9.18 –** Inconsistências no Balanço Financeiro referente à conta “*Desincorporações de Obrigações*”;

9.19 – Não confirmação do saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 263.486,54 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos);

9.20 – Inconsistência no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, em virtude da divergência entre o valor dos bens adquiridos no exercício em análise mencionados na Relação de Bens e aqueles informado na DPV e no Anexo 2;

9.21 - Inconsistência no Balanço Patrimonial, em face da ausência da escrituração do material de consumo, registrando apenas a entrada do mesmo;

9.22 – Inconsistências nos valores da Dívida Pública, em face das incorreções apresentadas na Dívida Flutuante e na Dívida Ativa;

9.23 - Inconsistências nos valores da Dívida Fundada, diante da divergência apresentada no valor da amortização referente aos passivos previdenciários;

9.24 – Foram gastos 23,97% (vinte e três pontos percentuais e noventa e sete centésimos) da receita de impostos, compreendidas as transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, não atendendo, assim, a exigência prevista no art. 212 da Constituição Federal.

9.25 - A aplicação nas ações e serviços de saúde foi de 12,52% (doze pontos percentuais e cinquenta e dois centésimos) da receita de impostos e transferências, previstos nos arts. 156, 158 e 159 inciso I, alínea “b” e § 3º da CF, no valor de R\$ 1.134.576,90 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos), já com as glosas realizadas pela instrução, não atendendo, assim, o exigido na EC nº. 29/2000; e

9.26 - Ausência, na Prestação de Contas, do ato que fixou os subsídios dos agentes políticos e das respectivas folhas de pagamento.

10. Citado o Gestor através de Aviso de Recebimento – AR, o mesmo não aproveitou a oportunidade, quedando-se inerte, conforme se infere da Certidão emitida pela Secretaria das Sessões à fls. 281.

11. Por meio de despacho, fl. 294, o feito retornou à DAFO, para análise de documentação apresentada pelo gestor, fls. 298/306 e Anexos 02 a 05.

12. Após a análise das justificativas e da documentação juntada aos autos, a Inspeção, em seu Relatório Técnico Complementar às fls. 310/327, concluiu pela irregularidade das contas, em face de a defesa ter sanado apenas parte das falhas e as irregularidades apontadas.

13. O MPE, através do seu ilustre Procurador-chefe, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira às fls. 291/293 e 339/340.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 13 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 13.857.2010-50
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Prestação de Contas
OBJETO : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos
PROCURADOR : Paulo Luiz Pedrazza
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO

Em face dos dados apresentados nos autos, verifica-se que na análise técnica restaram apontadas as seguintes falhas e irregularidades:

1 - Ausência na Prestação de Contas, dos Decretos de abertura de créditos suplementares e divergência entre os valores apresentados por meio físico e aqueles informado através de mídia magnética;

2 - Ausência da informação do valor da Receita Arrecadada relativa ao Imposto de Renda retido na Fonte – IRRF;

3 - Inconsistência na informação da cota parte do Fundo de Participação dos Municípios e as transferências dos recursos do FUNDEB;

4 - Inconsistências nos pagamentos de “*Contratação por Tempo Determinado*”, no valor de R\$ 351.463,71 (trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos) e das “*Obrigações Patronais*”, no valor de R\$ 24.376,34 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos) todos concedidos à própria Prefeitura do Município de Xapuri e empenhados no seu CNPJ;

5 - Contabilização equivocada do valor de R\$ 697,50 (seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) no elemento de despesa “*Obrigações Patronais*”;

6 - Pagamento realizado diretamente ao Sindicato dos Servidores Municipais de Xapuri e a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB no valor de R\$ 4.138,90 (quatro mil cento e trinta e oito reais);

7 - Contabilização equivocada do valor de R\$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 538,71 (quinhentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) no elemento de despesa “*Vencimento e Vantagens Fixas*”;

8 - Inconsistência no pagamento de diárias, no montante de R\$ 145.611,81 (cento e quarenta e cinco mil, seiscientos e onze reais e oitenta e um centavos), em face de os Históricos dos empenhos serem incompletos e imprecisos;

9 - Contabilização equivocada do valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) no elemento de despesa “*Passagens e Despesas de Locomoção*”;

10 - Despesas realizadas sem licitação, com a contratação de Serviços de Diversos, no valor de R\$ 197.064,69 (cento e noventa e sete mil, e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) a prestadores de serviço - pessoa física, na maioria na área de saúde, estes últimos inerentes a serviços realizados por médicos e profissionais aproveitados do exército ou únicos no município e com treze contratos de pessoa jurídica, no montante de R\$ 336.962,45 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos);

11 - Despesas com contratação de assessoria jurídica realizadas sem licitação no valor de R\$ 15.489,64 (quinze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), não sendo enviado o contrato e a habilitação do contratado;

12 - Despesas com contratação de assessoria contábil realizadas sem licitação no valor de R\$ 23.889,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais), não sendo enviados os contratos e a habilitação dos contratados;

13 - Contratação de empresa para fornecimento de softwares no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) sem licitação;

14 - Inconsistências no Balanço Financeiro referente à conta “Desincorporações de Obrigações;

15 - Inconsistência no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, em virtude da divergência entre o valor dos bens adquiridos no exercício em análise mencionados na Relação de Bens e aqueles informado na DPV e no Anexo 2;

16 - Inconsistências nos valores da Dívida Pública, em face das incorreções apresentadas na Dívida Flutuante e na Dívida Ativa;

17 - Inconsistências nos valores da Dívida Fundada, em da divergência apresentada no valor da amortização referente aos passivos previdenciários;

18 - Não cumprimento do limite mínimo de 25% (vinte e cinco pontos percentuais) para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal; e

19 - Ausência, na Prestação de Contas, do ato que fixou os subsídios dos agentes políticos e das respectivas folhas de pagamento.

Com relação às despesas sem licitação, relativas às contratações de Serviços de Diversos – Pessoa Física e Jurídica, Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil, aquisição de Softwares e aos prestadores de serviço, na área de

saúde, a DAFO não apresenta análise e por isso não apontou superfaturamento ou dano ao erário.

Assim sendo, **VOTO:**

*1 - Pela emissão de Parecer Prévio considerando **IRREGULARES** as Contas do Senhor Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos, Ex-Prefeito do Município de Xapuri, referentes ao exercício de 2009, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Xapuri para o seu julgamento, de acordo com o ordenamento constitucional, em face das seguintes falhas e irregularidades:*

Falhas:

a) – Incorreção a menor no valor de R\$ 40.543,24 (quarenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos) na dedução da Receita para formação do FUNDEB, entre os valores apontados na Prestação de Contas e os apurados na instrução;

b) – Falha na contabilização em “Obrigações Patronais”, no montante de R\$ 697,50 (seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) de valor referente a diárias;

c) - Pagamento equivocado classificado como “Vencimento e Vantagens Fixas” no valor de R\$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 538,71 (quinhentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos);

d) – Pagamento de diárias sem a devida comprovação, mas justificadas ou inerentes à atividade da Prefeitura, necessitando, no entanto, de melhorar o processo de comprovação;

e) – Falha de classificação de pagamento de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) como passagens e despesas com l no lugar de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;

f) - Inconsistência no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, nos valores da Dívida Ativa e da Dívida Fundada;

Irregularidades:

g) – Ausência dos Decretos de abertura de créditos suplementares, não clareando a divergência entre os valores apresentados por meio físico e aqueles informados por mídia magnética, caracterizando despesa sem prévia autorização legal, capitulada nos arts. 359-A e 359-D do Código Penal;

h) – Ausência, na receita arrecadada, do lançamento do IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, definido no art. 158, inciso I, da Constituição Federal;

i) – Não comprovação da legalidade e da finalidade pública das despesas pagas em nome da própria Prefeitura na “Contratação por Tempo Determinado”, no montante de R\$ 351.463,71 (trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos) e das Obrigações Patronais, no valor de R\$ 24.376,34 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos);

j) – Pagamento ao Sindicato no valor de R\$ 4.138,90 (quatro mil cento e trinta e oito reais), sem comprovação da alegação de retenção em folha;

k) – Contratação sem licitação e sem o correto processo de dispensa ou processo licitatório, com treze contratos de pessoa jurídica, no montante de R\$ 336.962,45 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), além da contratação de assessoria contábil e aquisição de softwares no

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

total de R\$ 91.182,54 (noventa e um mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos);

l) – Não cumprimento do limite mínimo de 25% (vinte e cinco pontos percentuais) para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal; e

m) – Não apresentação do ato que fixou os subsídios dos agentes políticos e das respectivas folhas de pagamento.

2 - Em destaque, pela emissão de acórdão, condenando o gestor, Senhor Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos da Silva, Ex-prefeito do Município de Xapuri:

a) – A devolver aos cofres do município a importância de R\$ 379.978,95 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), referente à não comprovação da legalidade e da finalidade pública das despesas pagas em nome da Prefeitura por Contratação por Tempo Determinado (R\$351.463,71), obrigações patronais (R\$ 24.376,34) e pagamento ao Sindicato sem comprovação da alegação de retenção (R\$ 4.138,90);

b) – Pela aplicação de multa, ao gestor no valor correspondente a 10% do montante a ser devolvido, com base no art. 88 da Lei Complementar Estadual nº. 38/89; e

c) - Pagamento de multa, no valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), de acordo com o art. 89, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das demais falhas e irregularidades apontadas.

3 – Pela abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a receita e seu lançamento referente à retenção do IRRF e à regularidade do pagamento dos agentes políticos.

4 – Pelo encaminhamento ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes em face das infringências aos . 359-A e art. 359-D, do Código Penal e aos arts. 89 e 100 da Lei Federal nº. 8.666/93, relativas à abertura de créditos adicionais sem indicar a fonte correspondente e sem a comprovação da autorização, e, por isso despesas sem autorização legal, além da realização de despesas sem licitação, respectivamente.

5 – Após, pelo arquivamento dos autos.

É como Voto.

Rio Branco-AC, 13 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Relator

PROCESSO TCE Nº 13.857.2010-50
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Prestação de Contas
OBJETO : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Francisco Ubiracy Machado de Vasconcelos
PROCURADOR : Paulo Luiz Pedrazza
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.259ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antonio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéa Benício de Araújo**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o **Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, **Antonio Jorge Malheiro**.” (à fl. 343)

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator